

As décadas de 50 e 60 e, embora parcialmente, a de 70 são as de maior desenvolvimento e crescimento econômico da América Latina. São as décadas em que se impulsiona a industrialização e se começa a reestruturar o campo através das reformas agrárias que, apesar de limitadas, revelam uma alta capacidade de desenvolvimento agrícola por parte do campesinato latino-americano.

Este desenvolvimento pujante da América Latina decaí nos anos 70 para passar a um período de estagnação nos anos 80. Isto se deve a problemas estruturais, na década de 70, vinculados à industrialização por meio da substituição das importações. Já a estagnação dos anos 80 se deriva diretamente da imposição da cobrança da dívida externa, que destrói amplamente o desenvolvimento alcançado nas décadas anteriores. O financiamento externo, que nas décadas anteriores era chamado de "ajuda ao desenvolvimento", levou a uma situação em que tinha de destruir o desenvolvimento atingido para pagar o que se chamara de "ajuda".

Nestas décadas de declive do desenvolvimento latino-americano começou-se a falar no necessário desmantelamento do Estado na América Latina. Não se tratava, contudo, de desaparelhar realmente o Estado. Tratava-se de reforçar e aumentar um Estado policial-militar para poder desmantelar as funções econômicas e sociais do Estado. Por isso se falava, de preferência, em desmantelamento do "Estado intervencionista": o Estado policial é liberdade, o Estado social é escravidão. Assim se pode resumir a nova ideologia do liberalismo que se impõe à América Latina desde a década de 70.

Desta ideologia vem a tese da privatização das funções estatais na economia e na vida social em geral. Insere-se na ideologia mais ampla do mercado e da iniciativa privada. Segundo esta, somente as atividades privadas são eficientes; do Estado, em contrapartida, se diz que é ineficiente por essência.

Trata-se de um conjunto de teses que, já à primeira vista, são pouco prováveis. Os períodos de vigoroso desenvolvimento da América Latina são períodos de alta atividade estatal e de importante intervencionismo estatal, aos quais correspondeu um significativo esforço das empresas privadas. Em compensação, com o início do desaparelhamento do Estado, começa a estagnação da economia latino-americana e seu fracasso em desenvolver o continente. Cresceram enormemente os lucros mas ocorreu uma alta ineficácia



Luiz Carlos Murauskas/Ag. Folhas

A PRIVATIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DO ESTADO

A nova ideologia do liberalismo que se impõe à América Latina quer reforçar e aumentar um Estado policial-militar para desmantelar as funções econômicas e sociais do Estado

Franz J. Hinkelammert

da assim chamada iniciativa privada para desenvolver estes países. Isso leva à coincidência de um rápido desmantelamento do Estado econômico e social nos anos 80, com um estancamento cada vez mais acentuado do desenvolvimento econômico e da dinâmica das empresas capitalistas. Apesar disso e paralelamente, essas mesmas empresas têm os seus lucros cada vez mais aumentados. A incapacidade da empresa privada em desenvolver os países da América Latina não lhe diminui os lucros, antes os aumenta.

Quanto mais se nota este estancamento, mais se fala na necessidade de privatizar ainda mais as funções econômicas e sociais do Estado. Não pode haver nenhuma dúvida de que deste desmantelamento do Estado resultarão lucros ainda maiores que os anterior-

es. Atividades como a saúde, a educação, mas também a privatização das empresas públicas permitem auferir lucros privados em atividades até agora competentes ao Estado.

Não obstante, esses maiores lucros não levam a maior desenvolvimento, antes o estancam mais. A empresa privada, sem um Estado vigoroso que lhe abra caminhos e sustente atividades estatais de apoio para fomentar a atividade produtiva, acabará completamente ineficiente para conduzir, ela própria, o processo de desenvolvimento. Quanto mais ela penetra a sociedade interna, menos desenvolvimento provoca. Desemprego, pauperização e destruição galopante da natureza são o resultado disso; nem aparece crescimento econômico significativo. Entretanto, ela não só destrói o desenvolvimento:

A empresa privada não garante emprego à população e o Estado contrata muito mais do que necessita. Assim, o Estado corrompe e reforça os argumentos em favor da privatização de suas funções

destrói até a capacidade de ação racional do Estado e o corrompe. Corrompe-o por tirar sempre mais proveitos da atividade estatal restante, e ocasiona tais problemas sociais, que o próprio aparelho estatal tem de atuar sem possuir os meios adequados para fazê-lo.

Portanto, a ineficácia da empresa privada em desenvolver estes países leva ao inflacionamento do Estado. Ao não poder efetuar uma política econômica de emprego e uma política social de distribuição da renda, o Estado transforma-se em única fonte de renda para aquelas pessoas que não são empregadas pelas empresas privadas. Como não sabem onde ir, pressionam o Estado para conseguir algum emprego. Trata-se de uma pressão que resulta, precisamente, da ineficácia da empresa privada em dar emprego à população. Daí o inflacionamento do Estado. Este, agora, com suas funções limitadas, fica obrigado a contratar muito mais pessoal do que efetivamente necessita para o cumprimento dessas funções. Portanto, o Estado se corrompe por ambos os lados: para a burguesia, como fonte de renda muitas vezes ilícitas; para o povo, como recipiente do desemprego. Começa a contratar pessoal ao qual não corresponde funções em cujo cumprimento poderiam trabalhar.

Esta corrupção, desmoralização e ineficiência do Estado transformam-se, posteriormente, em argumento a favor de um desmantelamento ainda maior do Estado e da privatização de suas funções. Contudo, a privatização piora a situação, exatamente pelo fato de que a origem da estagnação é a própria empresa privada, com sua incapacidade para originar, por conta própria e sem recorrer ao Estado, uma política de desenvolvimento adequada, e que se opõe a uma ação racional do Estado para complementar essa sua ineficácia. Isso vai dar num círculo vicioso, do qual, aparentemente, não há saída.

Por esta razão, a privatização das funções do Estado não dá nenhum resultado. Agrava a situação que pretende melhorar. O que faz falta é racionalizar o Estado para o cumprimento de suas funções. Estas se referem à garantia de uma infra-estrutura econômi-

ca e social do desenvolvimento junto com um quadro geral de aumento da produção, dentro do qual a empresa privada pode operar para alçar o desenvolvimento e não apenas para auferir lucros da situação de seu próprio fracasso no cumprimento desta tarefa.

Esta racionalização do Estado, entretanto, não é possível se ela não se dá na realização das suas funções. Não se pode racionalizar um Estado ao qual se tira e proíbe o exercício de suas funções. A empresa privada não as cumpre, e o Estado se torna sempre, reiteradamente, ineficaz. Falta buscar um equilíbrio entre as funções condutoras do Estado e a empresa privada que atua nos mercados. Se um desses pólos tratar de eliminar o outro, nenhum desenvolvimento terá lugar e a consciência será o desmoronamento da sociedade.

Certamente, nas atuais circunstâncias, esta busca de um novo estilo de desenvolvimento se depara com outra importante barreira: a cobrança da dívida externa da América Latina pelos países desenvolvidos. Contudo, embora se consiga até anular esta dívida, disso não sairá uma nova etapa de desenvolvimento se não se encontrar uma relação entre funções estatais e atividade empresarial do mercado, na qual o Estado torne a assumir a condição do próprio desenvolvimento. A empresa privada é incapaz de substituir o Estado nesta sua função. Se tentar fazê-lo, seu efeito sobre a sociedade será caótico.

A burguesia latino-americana tem conseguido impor sua política antiestatista de desmantelamento do Estado econômico e social apenas apoiada nas ditaduras de Segurança Nacional, que por sua vez podiam recorrer ao apoio dos Estados Unidos. Foram promovidos Estados altamente repressivos e até totalitários. Somente Estados desse tipo podem sustentar uma estabilidade política em situação de caos econômico e social — como a gerada pela empresa privada quando deixa de seguir uma estratégia de desenvolvimento racionalmente concebida e politicamente implementada pela ação estatal econômica e social.

Ao fazer isso, a América Latina seguiu as pautas, que foram aceitas so-

breitudo nos Estados Unidos, desde a subida de Reagan à presidência. Especialmente a partir de 1982, quando se começou a cobrar a dívida externa, o governo dos Estados Unidos condicionou todas as negociações da dívida a essa política antiestatista. Com isso, limitou o possível desenvolvimento da América Latina a partir de dois ângulos: de um lado, a cobrança da dívida externa a obrigou a entregar seus excedentes econômicos aos países credores; por outro, o desmantelamento do Estado econômico e social tirou-lhe a possibilidade de formular, sequer, uma nova estratégia de desenvolvimento, tendo substituído essa estratégia pelo domínio absoluto dos aparelhos militares, primeiro sob a forma de ditaduras militares e, posteriormente, em forma de tutela militar sobre as democracias, quando estas voltaram a surgir.

Com isso, os Estados Unidos exportaram para a América Latina uma política antiestatista na qual, nos anos 80, se enraíza o seu próprio declive. Ao renunciarem também a uma política racional do Estado, os Estados Unidos se impossibilitaram de responder à competição dos outros países capitalistas, quer o Japão, quer a Europa Ocidental. Nesses países, o Estado é altamente intervencionista, com muita ingerência na economia e com ampla política de seguridade social e de educação. Os Estados Unidos, com seu utopismo mítico antiestatista, mostrou sua incapacidade para assumir tal competição. E mais, em todos os países onde conseguiu impor essa sua política antiestatista, freou o desenvolvimento, tal como ocorreu com o seu próprio desenvolvimento. Uma razão muito forte para que países como a Coreia do Sul tenham podido seguir seu processo de desenvolvimento é, precisamente, o fato de que puderam manter seu Estado altamente intervencionista na economia.

A América Latina não pode simplesmente copiar tais exemplos. Mas não terá nenhum destino de desenvolvimento se não se decidir, afinal, a voltar a fomentar um Estado de intervenção econômica e social, capaz de projetar sobre suas sociedades uma estratégia de desenvolvimento com vistas ao futuro, e implementá-la.

Franz J. Hinkelammert, economista e cientista social, é especialista em assuntos da América Latina. Vive na Costa Rica e é autor de, entre outros trabalhos, *As armas ideológicas da morte* e *Crítica da razão utópica* (editados no Brasil pela Paulinas).